

Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Local: O Caso ACIMAR

Vinícius Corrêa de ALMEIDA (UNIFEI)

Luiz Cláudio Moura SANTOS (UNIFEI)

Resumo

O Empreendedorismo Social tem sido uma abordagem cada vez mais mencionada nos estudos relacionados à Administração, tanto por sua influência na economia, quanto pelo que proporciona à comunidade a qual oferece seus serviços. Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo avaliar se o Empreendedorismo Social, através de grupos populares, pode atingir o desenvolvimento local sustentável na comunidade em que se insere. A Associação de Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis (ACIMAR), de Itajubá (MG), será utilizada como objeto de estudo. Através da metodologia de estudo de caso, foram levantadas informações que mostram que os catadores associados, por meio de sua postura empreendedora, vêm conseguindo estabelecer uma rede de parceiros, que envolve organizações sociais, empresas privadas e órgãos públicos, confirmando seu papel fundamental na promoção de ganhos econômicos, sociais e ambientais na comunidade local.

Palavras-chave: *Empreendedorismo; Empreendedorismo Social; Desenvolvimento local*

Introdução

O tema Empreendedorismo Social é novo em sua atual configuração, mas na sua essência já existe há algum tempo (DEES, 2001). De acordo com Oliveira (*apud* Almeida *et al*, 2009), o Empreendedorismo Social no Brasil pode ser considerado como um tema ainda em construção, mas já é notória sua importância e impacto na realidade social, mundial e brasileira. Com isso, alguns estudos interessantes vêm surgindo com o objetivo de buscar reconhecer o Empreendedorismo Social como um importante e fundamental mecanismo de fomento ao desenvolvimento local.

A concepção do Empreendedorismo do ponto de vista social deixa de ter seu significado restrito à criação de empresas capitalistas, ampliando-se para abarcar a competência de gerar alternativas organizacionais inovadoras. E elas são inovadoras, não apenas porque modeladas em formatos diferentes daqueles adotados por empresas e corporações ao longo dos séculos XIX e XX, mas também porque ampliam sua visão estratégica para além do mercado e suas reduzidas formas de transação (FISCHER, 2008).

De acordo com Shane *et al* (2003), o empreendedor deve ser capaz de reconhecer oportunidades, habilidade esta que não é igual para todas as pessoas. Além disso, Shane *et al* (2003) afirmam que o tema empreendedorismo se torna importante por dirigir a inovação e as mudanças tecnológicas e gerar o crescimento da economia. No entanto, segundo Pateo e Sigolo (2001), existe uma diferença entre crescimento da economia e desenvolvimento. A concepção de crescimento está relacionada a coleção de coisas, ou seja, a acumulação material. Já a idéia de desenvolvimento refere-se a produção de coisas.

Desta forma, Jacobs (2001) diz que a presença de fábricas, barragens e tratores não pode ser considerada um indicador de desenvolvimento, se for apenas resultante de um processo que ocorre em outro lugar. A partir daí, podemos caracterizar o desenvolvimento local como um processo que surge de dentro para fora em uma comunidade através do reconhecimento das demandas locais como oportunidades para a promoção do bem estar social.

Desenvolvimento seria o acesso a bens materiais e culturais de cada uma das pessoas da localidade que se desenvolve, e seria também, a alteração qualitativa das relações sociais, o que pode, inclusive, alterar o modo como se tem acesso àqueles bens, ou mesmo quais desses bens se deseja (PATEO e SÍGOLO, 2001).

Fischer (2008) alega que o Empreendedorismo Social, em que os segmentos de baixa renda desempenham, eles próprios, o papel de empreendedores no contexto da formação de uma cadeia de produção, é de extrema importância como forma de potencializar e estimular processos de desenvolvimento local dentro de uma comunidade. Iniciativas originadas de empreendedores sociais lançam-se para horizontes bem mais longínquos do que a simples comercialização de produtos e serviços.

Segundo este mesmo autor, os empreendedores sociais buscam: incrementar o desenvolvimento socioambiental de localidades esquecidas pelo crescimento econômico capitalista; tornar a sociedade inclusiva para aqueles despojados das condições físicas, sociais e econômicas necessárias a sua inserção como pessoas, consumidores e cidadãos; ampliar as oportunidades para que cada qual se emancipe por sua própria conta, gerando renda e tendo liberdade para escolher o estilo de vida que prefere e o destino que propiciará ao seu filho; e assegurar que as próximas gerações tenham o direito de nascer e de viver em liberdade, com acesso aos recursos naturais que a biodiversidade oferece à vida humana.

De acordo com Austin *et al* (2007), podemos fazer as seguintes reflexões a respeito do empreendedorismo social:

- as oportunidades de inovação são reais e realizáveis, se forem identificadas e modificadas as barreiras dos mercados tradicionais para atender as especificações dos segmentos de baixa renda.
- quando considerados como atores sociais legítimos e não receptores passivos, os pobres demonstram sua capacidade de criar e adicionar valor às cadeias produtivas em que se inserem.
- as organizações da sociedade civil, como associações e cooperativas comunitárias, podem se constituir em poderosos parceiros de empreendimentos sociais voltados para o desenvolvimento local.

Esse estudo tem o objetivo de inserir o empreendedorismo social em um contexto conceitual mais amplo, que é a proposição do desenvolvimento local sustentado. Para isso, através da metodologia de estudo de caso, que teve como objeto de estudo a Associação de Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis (ACIMAR) de Itajubá – MG, buscou-se analisar a seguinte hipótese:

O Empreendedorismo Social, através de ações de grupos de baixa renda, pode promover o desenvolvimento local da comunidade de maneira sustentável.

Empreendedorismo Social

Martin e Osberg (2007) afirmam que qualquer definição do termo Empreendedorismo Social deve começar pela contextualização da palavra Empreendedorismo. De acordo com Say (*apud* Dees, 2001), o Empreendedorismo é o ato de, utilizando recursos econômicos, transformar uma atividade de baixa para alta produtividade, gerando valor. Para Schumpeter (2003), seguindo esta mesma linha de geração de valor, torna-se importante a identificação de uma oportunidade comercial – seja ela relacionada a uma matéria-prima, a um produto, a um serviço ou mesmo a um negócio – e a organização de um empreendimento para explorá-la. Já Drucker (1995) afirma que empreendedores estão sempre em busca de mudanças, a fim de aproveitá-las como oportunidades. Dessa forma, entende-se que o Empreendedorismo descreve um contexto em que há uma oportunidade, que deve ser identificada e explorada, a fim de se criar, como resultado, valor.

Enquanto isso, o Empreendedorismo Social pode ser definido como contendo os seguintes elementos (MARTIN e OSBERG, 2007):

- (1) identificação de equilíbrio estável, mas injusto, que causa exclusão, marginalização ou sofrimento a um segmento da humanidade, que carece de condições financeiras ou políticas para atingir uma transformação por si só;
- (2) identificação de uma oportunidade neste equilíbrio injusto, desenvolvendo uma proposta de valor que agregue inspiração, criatividade e coragem, que possam desafiar o estado de equilíbrio hegemônico; e

- (3) criação de um novo equilíbrio, que libere o potencial e alivie o sofrimento da população-alvo, além da criação de um ambiente que assegure o novo equilíbrio para a comunidade como um todo.

De acordo com Dees (2001), o termo Empreendedorismo Social pode até ser considerado atual, mas o fenômeno em si não, e os empreendedores sociais, mesmo não sendo reconhecidos como tais, sempre existiram. Para este autor, o Empreendedorismo Social pode ser aplicado tanto na área comercial quanto na social e seus agentes, os empreendedores sociais, podem ser definidos como:

- agentes de mudanças sociais;
- adotam a missão de gerar e manter valor social;
- identificam e buscam novas oportunidades;
- engajam-se em um processo de inovação, adaptação e aprendizado contínuos;
- agem arrojadamente, sem se limitar pelos recursos disponíveis; e
- exibem um elevado senso de transparência para com seus parceiros e público, assim como pelos resultados gerados.

Dees (2001) afirma que os agentes empreendedores apresentam tais características de modos distintos e em diferentes graus, sendo que os que mais satisfizerem essas condições, mais se encaixaram no modelo de empreendedor social.

Desenvolvimento local

Buarque (1999) afirma que o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

De acordo com Milani (2003), desenvolvimento local pode ser considerado um conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais, que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. O mesmo autor prossegue explanando que, neste projeto de transformação social, há um significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (contextos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global).

Dessa forma, é fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto projeto integrado no mercado, mas não somente: ele também é fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre agentes, interesses e projetos de natureza social, política e cultural (MILANI, 2003).

O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. Como diz Arto Haveri (1996), “as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões”.

Metodologia

No presente trabalho, o método de pesquisa que será empregado é a abordagem de estudo de caso único e holístico, a partir do qual será possível identificar os efeitos do Empreendedorismo Social no desenvolvimento local.

De acordo com Yin (2001), define-se o estudo de caso único como o que permite identificar os fatores críticos abrangidos, investigando um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, e seu uso é adequado quando: o estudo pretende determinar se as proposições de uma teoria são verdadeiras; o caso estudado é raro ou extremo (é difícil encontrar situações semelhantes para que comparações sejam efetuadas); ou quando o caso é revelador, permitindo acesso a dados e informações não facilmente disponíveis (STAKE *apud* DENZIN & LINCOLN, 2001).

Além disso, o estudo de caso único também é apropriado quando o interesse é, através de uma interpretação unificada, agrupar inúmeros aspectos do caso estudado (MATTAR, 1996). A definição do tipo holístico, conforme Yin (2003) relata, dá-se com uma única unidade de análise sendo considerada em determinado contexto. O presente artigo trata de um estudo de caso descritivo, pois tem como objetivo mostrar uma realidade e não procura estabelecer relações de causa e efeito.

Existem seis fontes de evidências num estudo de caso: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e os artefatos físicos. Segundo Yin (2001), nenhuma dessas fontes possui uma vantagem indiscutível sobre as outras; para o autor, elas são, na verdade, complementares. Este trabalho usou-se de entrevistas estruturadas com os catadores associados da ACIMAR (abaixo descrita) e observação direta não participante, realizadas em uma visita à organização.

Objeto de estudo – A ACIMAR

Itajubá está localizada no sul do estado de Minas Gerais e ocupa 290 km² de extensão territorial, e, segundo censo do IBGE (2007), possui 86.693 habitantes. O município gera diariamente 53 toneladas de resíduos sólidos domésticos e comerciais, aproximadamente.

Até o ano de 2006, a cidade contava com um lixão, onde era freqüente a presença de vários catadores dividindo o mesmo espaço com aves e animais e colocando em risco sua saúde e bem-estar, devido às péssimas condições do local. Atualmente, os resíduos sólidos domésticos e comerciais são encaminhados para um aterro controlado, sendo devidamente pesados, recobertos e compactados diariamente.

Com a publicação da última deliberação normativa 105/2006 do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, ratificou-se a proibição dos catadores nos lixões, o que causou o afastamento dessas pessoas que viviam da renda dos materiais coletados. A destinação dessas pessoas se deu com a iniciativa da prefeitura municipal, juntamente com algumas parcerias, que optou por criar, em abril de 2007, a ACIMAR – Associação dos Catadores

Itajubenses de Material Reciclável. Para isso, a administração pública se responsabilizou pelo fornecimento de local adequado (aluguel de um galpão na rodovia Itajubá – Lorena) distante do antigo lixão, bem como se encarregaram pelo suporte básico, como o fornecimento de caminhão e seu motorista, para que a associação pudesse fazer as coletas nos diversos domicílios e bairros da cidade. Coube à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP) a administração e o assessoramento para questões referentes ao grupo.

A criação da Associação foi uma alternativa criada para promover um sistema de coleta seletiva que abrangesse todo o município, proporcionando ganho ambiental, e também, estimular a inclusão social por meio do reconhecimento da atividade da catação como trabalho e os catadores como agentes socioambientais. Segundo Ribeiro *et al* (2009), 451 dos 5.507 municípios brasileiros existentes no ano 2000 possuíam programas de coleta seletiva de materiais recicláveis. Desses, aproximadamente 50% afirmaram desenvolver programas em parceria com catadores organizados.

O cotidiano de vida e de trabalho do catador era impregnado de exploração, estigmatização e perseguição (DIAS, 2002). Na época da criação, a associação contava com aproximadamente 80 catadores (estima-se que o total de agentes do lixo, trabalhadores autônomos ou associados, seja de cerca de 350 pessoas). No entanto, logo de início, surgiu o primeiro obstáculo: a associação contava com galpão e caminhão de coleta, mas não havia ferramentas básicas para a execução do trabalho: eram necessários maquinários como a prensa e elevador. Sem apoio do poder público, a solução veio através de uma parceria realizada entre os catadores e uma empresa de comércio de sucatas, em que esta última cederia em regime de comodato, a prensa; em troca, tal empresa passaria a ter “preferência” na compra do material, situação que se preserva até a presente data.

Isso perpetuou a condição do caráter de exploração existente anteriormente à implantação da Associação, já que a os trabalhadores da Associação continuaram reféns dos atravessadores na comercialização do material coletado e triado. Segundo Campos *et al* (2009), a ausência de consciência de classe verificada junto a estes sujeitos ocorre devido à relação entre capital e trabalho estabelecida nos depósitos da Associação, que reduz o trabalhador a condições de alienação e exploração, já que não têm acesso ao processo completo de reciclagem da mercadoria por ele catada e selecionada, produzindo rebatimentos sociais, econômicos, políticos e culturais sobre esta categoria, agravando seu estado de vulnerabilidade social e atingindo profundamente a subjetividade dos indivíduos.

Cruz (2002) representa essa situação de insustentabilidade no trabalho das Associações de Catadores da seguinte forma:

- (1) organizar os trabalhadores, social e politicamente para o trabalho, sem lhes oferecer os recursos materiais e técnicos necessários aos seus empreendimentos, é como lhes oferecer um quinhão de terra e mais nada;
- (2) da mesma forma, oferecer conhecimento técnico e crédito sem um acompanhamento permanente das iniciativas, capaz de dar concretude àquilo que os trabalhadores “aprenderam” nos cursos, significa abandoná-los à própria sorte, tão logo recebam suas ferramentas, sobre as quais mal foram informados sobre suas possibilidades de uso;

- (3) oferecer a esses trabalhadores instrumentos técnicos, sem revolucioná-los culturalmente, no sentido da solidariedade, significa apenas mostrar-lhes possibilidades intangíveis para suas condições concretas;
- (4) ajudar a constituir iniciativas sem alertá-las da necessidade de se organizarem politicamente para os enfrentamentos a que estarão sujeitas, é permitir que o peso da institucionalidade e do mercado atuais possam cair sobre elas sem qualquer impeditivo, sem qualquer anteparo que lhes permita resistir ao moinho satânico da “livre economia”.

Tudo isso mostrava que a implantação da Associação de Catadores no município de Itajubá não estava atingindo seu objetivo de reconhecimento do trabalho do catador e de geração de renda por meio da coleta. Como o rendimento da coleta estava rendendo apenas cerca de R\$ 300/catador, além da desorganização no fluxo de trabalho estimular conflitos constantes, muitos associados decidiram abandonar a Associação para voltar à atividade autônoma, por acreditarem que a Associação não representava emponderamento do trabalhador, em se tratando tanto de aspectos tangíveis, como o retorno financeiro, como também aspectos intangíveis, representados por acesso a saúde, cultura e cidadania. Dessa forma, a Associação atingiu o pífio número de 12 associados, o que representava o principal indicador do insucesso da política de coleta com a participação de catadores na promoção do desenvolvimento local.

A partir disso, a nova chapa da ACIMAR, eleita em julho de 2009, presidida por Valdenise Ribeiro, buscou meios que pudesse orientar a elaboração de uma estratégia organizacional que potencializasse o trabalho da coleta no município e, também, a inclusão social dos trabalhadores associados, para assim incentivar o surgimento de novos associados e tornar a coleta com inclusão realmente uma política pública municipal e, por conseguinte, fomentadora do desenvolvimento local sustentável.

Foi fundamental, nesse processo, o reconhecimento, por parte da nova diretoria, do grande potencial de crescimento do empreendimento. Desta forma, a iniciativa de estabelecer parceria com a Organização Não Governamental GAMA (Grupo Amigos do Meio Ambiente), além de cobrar uma participação maior da INTECOOP no processo de formação cidadã dos catadores, foi fundamental. A articulação com o Fórum Estadual Lixo e Cidadania e o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis, proporcionado pelo Festival do Lixo e Cidadania realizado em setembro de 2009, fez com que, de fato, os catadores de Itajubá pudessem reconhecer a importância referente ao trabalho e a amplitude do movimento que envolve os catadores que reivindicam melhores condições de trabalho e inclusão.

A inclusão da ACIMAR na rede de Associação de Catadores permitiu o intercâmbio de informações entre a Associação de Itajubá e as demais Associações do país. Isso permitiu moldar a estratégia a ser seguida através do reconhecimento de processos e políticas adotadas em outros estabelecimentos que não trouxeram benefícios. Dessa forma, foi elaborado um planejamento estratégico, com o auxílio dos parceiros, com objetivo de propor uma estrutura de governança que realmente represente inclusão social do trabalhador e o incremento das atividades da Associação em prol do município.

Coleta de dados

No intuito de identificar o grau de desenvolvimento local proporcionado pela associação de catadores, foi desenvolvido um questionário, o qual está dividido em três seções, em que é

considerado, na visão do catador, o desenvolvimento proporcionado pela associação: sob a perspectiva do catador associado; sob a perspectiva da comunidade onde o catador vive; e sob a perspectiva da própria associação. Para todos os itens das seções 1, 2 e 3, observados na Tabela 1 em *Análise dos Resultados* abaixo, foram utilizadas escalas Likert de cinco pontos, em que 1 corresponde à “discordo totalmente” e 5 à “concordo plenamente”. O questionário foi, então, enviado a um acadêmico com experiência na temática de Empreendedorismo Social e a um especialista em matéria de coleta seletiva e desenvolvimento local, que atestaram a confiabilidade e a validade do instrumento de coleta.

As entrevistas para se responder aos questionários foram realizadas com todos os 12 catadores associados, apesar de, segundo Brewerton e Millward (2001), nem sempre ser possível pesquisar uma população inteira, por razões práticas e financeiras. No entanto, antes da realização desta, foi ministrada uma palestra explicativa para expor aos entrevistados os motivos da pesquisa e as diretrizes para se responder à ferramenta, o que explica a totalidade das respostas com relação à população.

Análise dos resultados

Os resultados obtidos com a pesquisa podem ser observados na Tabela 1 na página a seguir. Na tabela, considera-se a quantidade de respostas obtidas para cada pontuação da escala Likert.

Em se tratando, primeiramente, do desenvolvimento para o associado, podemos identificar que há um consenso entre os trabalhadores de que houve um aumento da renda familiar e uma melhoria do conhecimento técnico referente aos resíduos sólidos. Isso foi proporcionado, principalmente, pela nova política da Associação, de se associar com outras instituições para oferecer capacitação na área de resíduos sólidos. Nesse caso, houve um curso ministrado por alunos do Instituto de Recursos Naturais da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Além disso, por meio do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, a nova chapa diretora participou de um evento em São Paulo sobre comercialização, que proporcionou maior entendimento sobre como negociar o material coletado, a fim de driblar a exploração praticada pelos atravessadores. Esse incremento no conhecimento dos catadores fez com que a coleta de material fosse potencializada e, conseqüentemente, gerou um aumento na arrecadação do catador.

Com relação à autogestão, apesar de os processos formativos referentes à formação política e autogestionário serem retomados, ainda há certa incapacidade dos catadores de entenderem e participarem desse processo. Com relação ao acesso cultural, existem propostas de oferecer mais alternativas aos associados, porém o coral, que é uma atividade com boa aceitação, ainda é a única opção, pois os recursos disponíveis para implementar tais atividades estão extremamente escassos no momento.

Já com relação ao desenvolvimento para a comunidade onde o catador está inserido, podemos concluir, através da Tabela 1, que todos os catadores entenderam que houve uma melhora nas condições da comunidade local. Vale destacar a diminuição da criminalidade e do consumo de drogas, visto que o trabalho na Associação passou a reconhecer o trabalho do catador, mas também, a exigir uma postura menos amadora com relação à operacionalização da atividade da catação. Esse fator demonstra um grande benefício da coleta seletiva feita em parceria com catadores em termos de segurança pública, por incluir pessoas que, até então, eram moradores de ruas, viciados, alcoólatras, entre outros. Por isso a necessidade de tornar essa iniciativa uma política pública que atenda de forma eficiente todo o município.

		1	2	3	4	5
SEÇÃO 1 – DESENVOLVIMENTO PARA O ASSOCIADO						
01	Aumento do conhecimento técnico sobre material coletado	0	2	2	7	1
02	Melhoria na concepção de autogestão e aumento de poder na tomada de decisões	2	1	2	4	3
03	Aumento do acesso a lazer e cultura (ex. coral)	2	0	3	2	5
04	Aumento do acesso à educação para toda a família	5	4	3	0	0
05	Aumento do acesso a saúde de qualidade	3	3	6	0	0
06	Aumento da renda familiar	0	0	4	7	1
SEÇÃO 2 – DESENVOLVIMENTO PARA A COMUNIDADE DO ASSOCIADO						
07	Aumento de domicílios que passaram a separar o lixo	0	0	4	6	2
08	Aumento de estabelecimentos comerciais que passaram a separar o lixo	0	0	3	7	2
09	Diminuição da criminalidade e do consumo de drogas	1	1	8	2	0
10	Aumento da mobilização dos moradores em prol da coleta seletiva	0	0	0	2	10
11	Aumento do poder de barganha em atividades comerciais locais	0	1	5	6	0
SEÇÃO 3 – DESENVOLVIMENTO PARA A ASSOCIAÇÃO DE CATADORES						
12	Aumento do acesso a equipamento de proteção individual	0	0	0	0	12
13	Maior compatibilidade da carga horária de trabalho	0	1	8	2	0
14	Aumento da quantidade de material coletado	0	0	0	7	5
15	Melhora das relações interpessoais dentro da organização	1	0	0	6	5
16	Melhoria das condições de trabalho (maquinário na área produtiva e layout, materiais e equipamento de escritório e acesso à Internet)	0	2	4	5	1
		14	15	52	63	47

Tabela 1 - Quantidade de entrevistados para cada pontuação de cada item

Por fim, através da análise do desenvolvimento para a Associação de Catadores, podemos ver também, que houve uma melhora considerável na percepção do catador com relação à estrutura e ao fluxo de trabalho dentro do Galpão. É importante ressaltar e fazer uma relação entre a melhora das relações interpessoais na realização do trabalho e do aumento da quantidade do material coletado. Esse fator é de grande importância por representar, através da nova política implantada na Associação, uma maior cooperação e solidariedade entre os membros como propulsor da viabilidade econômica do empreendimento, por meio da maior arrecadação de material.

Conclusão

O estudo proposto buscou identificar na ACIMAR como a ação empreendedora de grupos populares pode gerar impacto em termos de desenvolvimento local. Vale lembrar que o desenvolvimento local consiste no acesso a bens materiais, e também na alteração qualitativa das relações sociais existentes. Dessa forma, houve um acompanhamento das atividades da Associação, onde se identificou uma série de ações, a partir da posse da nova diretoria, que comprovou que a postura e o pensamento empreendedor em camadas de baixa renda podem gerar desenvolvimento.

Sem dúvida, o fator preponderante desse processo é o auto-reconhecimento do catador e da atividade da catação como fundamental na gestão ambiental municipal e como importante instrumento de inclusão social. Através da pesquisa foi identificado que os catadores, de fato, estão entendendo seu papel na sociedade e que suas atividades geram valor não apenas econômico, mas também social. Isso mostra como o Empreendedorismo Social pode desencadear na comunidade local, ações que indiquem desenvolvimento.

Contribuições para o estudo de Empreendedorismo

O empreendedor representa o motor da economia, o agente da inovação e mudança, capaz de desencadear o desenvolvimento econômico. Isto é muito importante, pois significa a crença em que as comunidades, através da atividade empreendedora, podem ter a iniciativa de liderar e coordenar o esforço no sentido de seu próprio desenvolvimento econômico.

Desta forma, através do caso ACIMAR, buscou-se mostrar que o Empreendedorismo Social não produz bens ou serviços no intuito de gerar lucro financeiro ou benefício que sobreponha o fator econômico em relação ao social. O objetivo primordial é buscar soluções para os problemas sociais não se voltando para os mercados capitalistas, mas direcionado às populações de risco, pobreza e exclusão social, proporcionando à camada marginalizada a oportunidade de desenvolvimento sustentável e inclusão.

Limitações e sugestões para estudos futuros

O presente trabalho foi realizado com uma associação de catadores do sul de Minas Gerais. Assim, o relativamente baixo número de entrevistados e as delimitações sócio-culturais desta região devem ser levados em consideração como limitações para maiores generalizações.

Desta forma, portanto, sugere-se que este estudo seja replicado em outras associações de catadores Brasil afora, a fim de que se possa constatar se os resultados são independentes do tamanho da organização e da região em que esta se insere.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, V. C. de; LEITE, V. F. & SANTOS, L. C.. *Aplicação de gerenciamento de risco como forma de suporte a iniciativas de empreendedorismo social*. Petrolina, Pernambuco, e Juazeiro, Bahia: III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2009.

AUSTIN, J. E. *The collaboration challenge: how nonprofits and businesses succeed through strategic alliances*. Boston, MA: Jossey-Bass, 2007.

BUARQUE, S. C.. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília, Distrito Federal: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA, 1999.

BREWERTON, P. & MILLWARD, L.. *Organizational Research Methods*. London, UK: Sage Publications, 2001.

CAMPOS, L. M.; GUIMARÃES, R. D.; VIEIRA, R.; REIS, D. M.. *A reciclagem como empreendedorismo: fonte de transformação socioeconômica e ambiental*. Campo Limpo Paulista, SP: Revista da Micro e Pequena Empresa, 2009.

CRUZ, A.. *Uma Contribuição Crítica às Políticas Públicas de apoio à Economia Solidária*. Campinas, SP: Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, da Universidade de São Paulo (USP), 2002.

DEES, G. J.. *The meaning of "social entrepreneurship"*. Disponível em: <http://www.fuqua.duke.edu/centers/case/documents/dees_SE.pdf> Texto original criado em 31 de outubro de 1998. Reformado e revisado em 30 de maio de 2001. Acesso em: 12 de setembro de 2009.

DIAS, S. M.. *Lixo e Cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da ASMARE*. Ouro Preto, MG: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002.

DRUCKER, P. F.. *Innovation & Entrepreneurship*. New York: Harper Business, 1995

FISCHER, R. M.. *Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Sustentável*. In: *Os desafios da formação em gestão social*. Palmas, Tocantins: Provisão, 2008.

HAVERI, A.. *Strategy of comparative advantage in local communities*. Oulavirta, Lasse, 1996.

JACOBS, J.. *A natureza econômica*. São Paulo, São Paulo: Beco 2001.

MATTAR, F. N.. *Pesquisa de marketing* (edição compacta). São Paulo, São Paulo: Atlas, 1996.

MARTIN, R. L. & OSBERG, S.. *Social entrepreneurship: the case definition*. Stanford Social Innovation Review, 2007.

MILANI, C.. *Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. San José, Costa Rica: IV Conferência Regional ISTR-LAC, 2003.

PATEO, F. & SÍGOLO, V.. *Um estudo sobre o desenvolvimento local solidário: conceitos e estratégias*. São Paulo, São Paulo: ITCP/USP 2006.

RIBEIRO, H.; JACOBI, P. R.; BESEN, G. R.; GUNTHER, W. M. R.; DEMAJOROVIC, J.; VIVEIROS, M.. *Coleta Seletiva com Inclusão Social*. São Paulo: Annablume, 2009.

SCHUMPETER, J. A.. *Capitalism, Socialism, and Democracy*. New York: Harper, 2003.

SHANE, S.; LOCKEA, E. A.; COLLINSB, C. J.. *Entrepreneurial motivation*. Human Resource Management Review, 13, 257–279, 2003.

STAKE, R. E.. *The case study method in social inquiry*. In DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S.. *The American tradition in qualitative research*. Vol. II. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2001.

YIN, R. K.. *Case studies research: design and methods* (3ª Ed). Thousands Oaks, California: Sage Publications, 2003.

YIN, R. K.. *Estudo de caso – planejamento e métodos* (2ª Ed.). Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Bookman, 2001.